

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

As características geográficas e morfológicas do concelho de Almada justificaram, ao longo dos séculos, a construção de infraestruturas ou a afetação de terrenos a diversas utilizações de cariz militar, comercial e industrial que marcaram a história do território e continuam a condicionar a sua gestão e utilização.

Algumas destas infraestruturas ou utilizações levaram a que partes significativas do território de Almada tenham sido afetadas ao Ministério da Defesa, como acontece no terreno ocupado pelo Arsenal do Alfeite e em várias zonas das freguesias da Charneca, Trafaria e Costa da Caparica, e ao Ministério do Mar, através das responsabilidades do Porto de Lisboa sobre a zona ribeirinha do Tejo. Por outro lado, a classificação de algumas zonas como Reserva Agrícola Nacional, Reserva Natural, Área e Paisagem Protegidas conferiu atribuições sobre esses territórios ao Ministério do Ambiente.

Apesar de fazerem parte do património histórico e natural de Almada, e não obstante a existência de instrumentos de gestão territorial a nível municipal, ao longo dos últimos anos algumas destas áreas têm sido alvo de abandono e destruição ou transformadas em verdadeiras lixeiras a céu aberto onde todo o tipo de entulho é despejado. Em alguns destes terrenos, como é o caso da linha de costa entre o Agrupamento de Escolas da Trafaria e a Cova do Vapor, a acumulação de lixo e detritos apresenta riscos evidentes para a saúde e segurança das populações que se concentram em núcleos habitacionais já particularmente degradados e vulneráveis.

Uma das situações que tem merecido preocupação prende-se com crescente estado de degradação do património dos antigos Fortes de Alpena e da Raposeira, localizados na Trafaria, assim como do terreno envolvente e do único acesso viário que continua a ser efetuado através da estrada militar que liga o quartel da Trafaria aos antigos fortes. É sabido que a Bateria de Alpena foi objeto de alienação à ESTAMO em 2006, mantendo-se por isso no âmbito do Ministério das Finanças, enquanto a Bateria da Raposeira não terá tido a necessária homologação da Direção-Geral do Tesouro e Finanças no âmbito na avaliação de um conjunto

de imóveis disponíveis para rentabilização e possível cedência ao Município, nos termos da Portaria 96/2015 de 16 de fevereiro.

Com o alerta dos munícipes e de vários grupos municipais, entre os quais o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, sobre a situação destes variados espaços, a Câmara Municipal de Almada tem vindo a afirmar que não possui a tutela dos terrenos e, portanto, não tem poderes para proceder à fiscalização nem possui a autorização necessária para proceder à limpeza e melhorias nos terrenos.

Face às informações disponíveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda pretende obter esclarecimentos junto do Ministério da Defesa, do Ministério do Mar, do Ministério do Ambiente e Ministério das Finanças sobre as responsabilidades que cada entidade detém sobre os terrenos por si tutelados e a existência de planos de intervenção nestes territórios para a resolução dos vários problemas ambientais, patrimoniais e até de saúde pública que se arrastam há demasiados anos.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio requerer ao Governo, através do Ministério do Ambiente, as seguintes informações:

1. Identificação dos terrenos localizados no concelho de Almada tutelados pelos referidos Ministérios;
2. Informação sobre a divisão de responsabilidades e entendimentos fixados entre as entidades tuteladas por estes Ministérios e a Câmara Municipal de Almada relativamente à preservação, manutenção, gestão e melhoramentos efetuados nestes terrenos;
3. Informação sobre conhecimento e avaliação dos problemas relatados relativamente ao estado de degradação dos terrenos e património tutelados por estes Ministérios, nomeadamente nos Fortes da Raposeira e Alpena e áreas envolventes do 2º Torrão;
4. Informação sobre o atual estatuto e proprietário do Forte de Alpena;
5. Informação sobre o calendário e/ou planos de intervenção para preservação, limpeza e reabilitação ou futuras utilizações e/ou afetações destes terrenos a realizar pelo Governo ou pelo Município;
6. Informação sobre calendário e/ou planos de intervenção relativos às acessibilidades aos terrenos e/ou património tutelados por este Ministério.

Palácio de São Bento, segunda-feira, 17 de Abril de 2017

Deputado(a)s

JOANA MORTÁGUA(BE)